



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58/2025  
INEXIGIBILIDADE ELETRÔNICA Nº /2025**

**1. OBJETO**

1.1. O objeto dessa inexigibilidade de licitação é a contratação de palestrantes para palestrar sobre: Noções de compliance, ética e proteção de dados, com aplicação de casos práticos; Indicadores de Desempenho; Ginástica Laboral e Postura; Prevenção Contra o Assédio e Exposição da Legislação sobre Comportamento no Ambiente de Trabalho; Noções de Primeiros Socorros e Medidas para Evitar Acidentes no Âmbito do Trabalho e o Workshop em comunicação e atendimento.

**2. JUSTIFICATIVA**

2.1. A contratação destes serviços de treinamento e qualificação profissional faz-se primordial para os servidores deste Conselho, visto que serão realizados a fim de proporcionar enriquecimento intelectual e melhoramento da postura e produtividade de tais colaboradores, no exercício de suas funções.

2.2. Não obstante, nota-se que:

1. A palestra sobre noções de compliance, ética e proteção de dados, com aplicação de casos práticos, trará conhecimento aos funcionários do regional sobre o tema, considerando sua crescente relevância no setor público, especialmente diante das exigências legais e normativas relacionadas à Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013), à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/2018) e às diretrizes de integridade estabelecidas por órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU), que demandam das instituições públicas uma atuação ética, transparente e em conformidade com padrões de governança e proteção de dados.

2. A palestra sobre indicadores de desempenho contribuirá com a capacitação com foco na melhoria da gestão, na mensuração de resultados e na tomada de decisões mais eficazes. A metodologia combina teoria e prática com exposição de conceitos, apresentação de ferramentas de acompanhamento e



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

análise de desempenho, discussão de casos reais, além de atividades práticas interativas, facilitando experiências que facilitam a fixação do conteúdo. A adoção de indicadores de desempenho é uma prática de gestão orientada a resultados e está diretamente relacionada ao cumprimento do princípio da eficiência, previsto no *caput* do art. 37 da Constituição Federal. Ainda, a utilização de indicadores de desempenho fortalece a governança e contribui para o planejamento estratégico, permitindo a avaliação contínua de processos internos.

3. A palestra sobre ginástica laboral e postura tem foco na promoção da saúde ocupacional, prevenção de doenças relacionadas ao trabalho e melhoria do bem-estar físico e mental no ambiente de trabalho, em caráter educativo e preventivo, abordando a importância da correta postura corporal e da prática regular de exercícios laborais, especialmente em contextos de trabalho prolongado em posições fixas, como em atividades administrativas.

4. A palestra sobre prevenção ao assédio sexual e moral visa ao enfrentamento de práticas incompatíveis com a dignidade da pessoa humana, com princípios constitucionais da Administração Pública e com normas que tratam da proteção à saúde física e emocional dos trabalhadores, fomentando o fortalecimento da cultura organizacional pautada no respeito mútuo, equidade de gênero e no combate a condutas abusivas.

5. A palestra sobre noções de primeiros socorros e medidas para evitar acidentes no âmbito do trabalho tem foco na prevenção de acidentes e na preparação para emergências no ambiente laboral. A ação está alinhada com princípios constitucionais da proteção à saúde, dignidade da pessoa humana e eficiência administrativa, além de atender às normas regulamentadoras de segurança e saúde do trabalho.

6. O Workshop por sua vez, tem o objetivo de capacitar os servidores na área da comunicação, ensinando as melhores técnicas e formas de distribuir e absorver informações de maneira clara e objetiva, orientando-os a como se portar em atendimentos, além de fornecer técnicas de oratória, controle emocional, entre outros, com objetivo de torná-los capacitados a



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

resolver problemas, produzindo mais em menos tempo, sem o desgaste mental.

2.3. As palestras propostas com temas voltados à ética, saúde, segurança, desempenho e integridade representam ações estratégicas de valorização e desenvolvimento do corpo funcional. Cada contratação visa promover conhecimento prático, prevenção de riscos, fortalecimento da cultura organizacional e melhoria da qualidade de vida no trabalho. Além disso, ressalte-se que no Core-ES a maioria dos setores trabalham diretamente com atendimento aos representantes, sendo essencial aos agentes se qualificarem para melhor atendê-los, agindo conforme a lei e tendo instrução quanto ao proceder nas mais diversas situações.

### 3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

Item	Descrição	CATSERV	Quant.	Valor
01	Palestra sobre noções de compliance, ética e proteção de dados	21172	1	R\$ 14.000,00
02	Palestra indicadores de desempenho		1	R\$ 1.997,00
03	Palestra ginástica laboral e postura		1	R\$ 570,00
04	Palestra prevenção ao assédio moral sexual e moral		1	R\$ 1.200,00
05	Palestra noções de primeiros socorros e medidas para evitar acidentes no âmbito do trabalho		1	R\$ 1.000,00
06	Palestra sobre comunicação e atendimento ao público		1	R\$ 5.900,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 24.667,00</b>

3.1. Para melhor entendimento em relação a singularidade e importância dos serviços ofertados, segue caracterização:

1) Palestra sobre noções de compliance, ética e proteção de dados, será realizada pela empresa Mmurad Soluções Corporativas, e o responsável por ministra a palestra é o Prof. Frederico Steiner, que é Doutor em Business Administration pela Florida C. University, Mestre em Sistemas de Gestão Empresarial pela Universidade Federal Fluminense (UFF), MBA em Gestão Estratégica e Qualidade pelo Grifo Research Institute (GRI). Formação Superior em Administração pela PUC-RJ. Professor de Qualidade, BPM, Processos e Inteligência em Negócios em várias instituições de ensino superior, dentre elas, a FGV Management.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

Além disso, é palestrante, autor de livros e artigos. Atua como consultor líder de projetos renomadas empresas no Brasil e no exterior. Exerceu funções Executivas em grandes empresas nacionais e multinacionais.

2) A palestrante Kirlene Penna, que ministrará o treinamento sobre indicadores de desempenho, abordando sobre conceitos, cases reais, ferramentas / metodologias, dinâmicas em grupo, trabalhos em trios, possui Mestrado e Doutorado (UFMG) nas áreas de Engenharia Química e Metalúrgica.

Atuou na indústria siderúrgica onde coordenou equipes e projetos, além de desenvolver habilidades de comunicação, negociação e parceria com os clientes e fornecedores. Além disso, atuou por 14 anos na Universidade como gestora de cursos de graduação e professora de graduação e pós-graduação.

Possui Mestrado na área de Empreendedorismo e Inovação pela STEINBEINS SIBE, Universidade de Berlim. Foi uma das idealizadoras do maior projeto de inovação da região, o INOVAWEEK, com mais de 20 anos de experiência na área de gestão de processos. Ao longo da sua trajetória profissional realizou projetos na área de Desenvolvimento de Times Autogeridos, Desenvolvimento de Líderes Horizontais e também em projeto de mentoria visando a redução de perdas e aumento de produtividade dentro das empresas.

3) O palestrante Daniel Sesana da Silva, responsável por ministrar o treinamento sobre Ginástica Laboral e Postura, possui sólida formação acadêmica em Educação Física, Graduação de Bacharel em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Mestrado em Educação Física pelo programa de Pós-graduação em Educação Física (PPGEF/CEFD/UFES) da Universidade Federal do Espírito Santo, na subárea de educação física, movimento corporal humano e saúde com ênfase em fisiologia, bioquímica e exercício em modelos experimentais.

Doutorado em andamento pelo programa de Pós-graduação em Ciências Fisiológicas (PPGCF) da Universidade Federal do Espírito Santo, na subárea de Fisiologia e Fisiopatologia Cardiovascular.

Além disso, é membro do Laboratório de Fisiologia e Bioquímica Experimental (LAFIB). Apresenta experiência na área de Fisiologia e Bioquímica, atuando principalmente nos seguintes temas: bioquímica da



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

nutrição, exercício físico (aeróbio, força e intervalado) e fisiologia cardiovascular (cardiomiócito isolado e sinalização de cálcio intracelular).

Tem experiência na área de Educação Física, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação física em gerontologia, treinamento para idosos, treinamento para grupos especiais (hipertensão arterial, diabetes, insuficiência cardíaca), treinamento de força e treinamento funcional.

4) A Palestrante Adriana Aparecida de Freitas Cardoso, que ministrará o treinamento e qualificação em prevenção ao assédio sexual e moral e exposições legais, com ênfase no âmbito comportamental no trabalho, possui graduação em direito pela Universidade de Vitória - UNIVIX, é especialista na área processual civil pela UFES, em direito civil, empresarial, direito penal e processual penal.

Além disso, realizou mais de 114 (cento e catorze) orientações em monografia e artigos científicos e atualmente orienta 30 (trinta) artigos científicos. Também possui experiência na área acadêmica nas instituições de ensino Multivix, Fundação São João Batista (FAACZ), SENAC em Vila Velha/ES, Unesc em Serra/ES.

Ademais, prestou assessoria jurídica na SEJUS, atuou no Conselho de Ética da OAB-ES e presentemente trabalha no projeto NAVES – Núcleo de Advogados Voluntários do Espírito Santo e atua como supervisora administrativa na controladoria Jurídica do SAMU-ES, não obstante ainda ministra aulas no Projeto 01 formação de sargentos da PM-ES.

5) A palestrante Márcia Martins do Amaral Deps, que ministrará o treinamento sobre Saúde Mental e Noções Básicas de Primeiros Socorros no Ambiente de Trabalho, que visa conscientizar os colaboradores sobre a importância do cuidado com a saúde mental, promovendo o bem-estar emocional no ambiente corporativo, bem como fornecer orientações práticas sobre primeiros socorros básicos, capacitando os participantes para agir com segurança em situações emergenciais até a chegada de atendimento especializado.

A palestrante é Doutora e Mestre em Ciências da Educação, Especialista em Psicopedagogia Clínicas Institucional, Psicanálise, qualificação em Neurociência, Neuromodulações Saúde Mental e Atenção Psicossocial de Adolescente e jovens, Inteligência Emocional e Comportamento Humano.

Além disso, é graduada em Letra com Habilitação em Português/Espanhol e Respectivas Literaturas, atuou por 15 anos nessa área.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

6) Quanto aos ministrantes do Workshop em comunicação e atendimento, serão dois palestrantes sócios e fundadores da empresa Workforyou, especializada em treinamentos e mentorias de comunicação, inteligência emocional, oratória e liderança, que já treinou centenas de profissionais visando capacitá-los para se expressarem de forma empática e segura, gerando mais produtividade e conforto no ambiente de trabalho.

A empresa aplica metodologias de acolhimento, inteligência emocional, acompanhamento e pós-venda, para que os colaboradores possam realizar atendimentos de forma mais confiante e satisfatória para os representantes.

Os palestrantes e fundadores da Workforyou são:

**Cintia de Carvalho**, Administradora de formação, pós-graduada e MBA em psicologia empresarial, pelas instituições Estácio Sá, Unesc, Febracis, Indesp, Ecole e Star's Edge-USA. Além de ter carreira da área corporativa e mais de 18 anos de experiência em gestão de pessoas.

**Thiago Alvarenga**, especializado em comportamento humano nas instituições Febracis, Indesp e Star's Edge-USA, master em PNL, graduado em publicidade e propaganda e teve experiência como apresentador televisivo no programa fala empresário da TV Ambiental.

3.2. Portanto, em razão dos notáveis currículos profissionais e das especializações dos fornecedores supracitados, é inquestionável a natureza exclusiva dos serviços técnicos por eles prestados.

#### **4. PRAZO, CONDIÇÕES E INÍCIO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

4.1. A prestação do serviço se dará no formato presencial, nos dias 24 e 25 de julho das 08h às 17:30h.

4.2. Não há possibilidade de prorrogações para o início da prestação do serviço.

4.3. Após a prestação do serviço, um servidor designado pela CONTRATANTE verificará se o serviço prestado atendeu às especificações do Termo de Referência, podendo rejeitá-lo, no todo ou em parte, quando não forem compatíveis com as diretrizes especificadas no Termo de Referência.

4.4. Em caso de rejeição do serviço, o servidor lavrará um **Termo de Recusa e Devolução**, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações ou o motivo da rejeição.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

4.5. A CONTRATADA incorrerá em mora e se sujeitará à aplicação das sanções cabíveis, caso haja recusa.

4.6. Os custos da substituição dos serviços rejeitados correrão por conta da CONTRATADA.

4.7. O servidor responsável para acompanhar a prestação do serviço formalizará na própria Nota Fiscal ou RPA.

## **5. DO RECEBIMENTO**

5.1. Não se aplica.

## **6. CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO E FISCALIZAÇÃO**

6.1. O serviço será provisoriamente aceito, por empregado a ser designado, acompanhado da sua respectiva Nota Fiscal ou RPA, a partir da prestação do serviço, para verificação da sua conformidade com as especificações constantes da proposta.

6.2. O serviço será definitivamente aceito após a verificação da sua conformidade com as especificações constantes na proposta em até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório, salvo disposição em contrário.

6.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a prestação dos serviços, em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

6.4. O acompanhamento e a fiscalização da execução da avença consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercido por um ou mais representantes da CONTRATANTE.

6.5. Constatado dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

## **7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

Não se aplica

## **8. TÉCNICA**

Não se aplica.

## **9. PROPOSTA**

9.1. O orçamento apresentado é detalhado, com valores em reais, já incluídos todos os custos do prestador de serviços, como materiais, impostos, deslocamentos, carga e



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

descarga, além de conter, data, validade, endereço, telefone de contato, e-mail, nome e assinatura do responsável e seu documento.

9.2. O fornecedor de serviços deverá observar o art. 40, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

9.3. O fornecedor fica obrigado a observar o inciso III, do art. 6º, CDC, apresentando as informações adequadas e claras acerca da prestação do serviço.

## **10. MODALIDADE DO CERTAME LICITATÓRIO**

A presente contratação deve se dar na modalidade de inexigibilidade de contratação.

O TCU editou a Súmula nº 252, que, embora exarada na vigente da antiga lei de licitações, permanece válida, firmando o entendimento de que *“a inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado.”*

Logo, quando caracterizada a inviabilidade de competição, a licitação deverá ser afastada, abrindo margem para a contratação pela inexigibilidade.

Neste caso específico, a impossibilidade de realizar um processo de licitação se justifica por se tratar de um serviço técnico especializado, de natureza específica, com profissionais de notória especialização.

Conclui-se, assim, que o presente caso se enquadra nos termos do que disposto no inciso III, alínea “f” c/c. o §3º e 4º, todos do artigo 74 da Lei nº. 14.133/2021. Veja-se:

*Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*

*(...)*

*III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: (...)*

*f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.;*

*(...)*

*§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.*



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

*§ 4º Nas contratações com fundamento no inciso III do **caput** deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.*

Por tanto, ante as características peculiares do objeto, que impedem um julgamento objetivo, há de ser provida a contratação por meio de inexigibilidade. Nesse contexto, o Core-ES reconhece a necessidade de contratação direta do serviço de treinamento e qualificação dos profissionais informados no presente documento.

## **11. GARANTIA**

11.1. A CONTRATADA deverá fornecer garantia contra defeitos e vícios da prestação do serviço, a contar da data da prestação do serviço.

11.2. Na hipótese de a CONTRATADA oferecer garantia por tempo superior, esta prevalecerá.

## **12. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

12.1. A presente contratação poderá ser formalizada mediante contrato assinado entre as partes ou Emissão de Nota de Empenho conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/21, que faculta à Administração Pública a substituição do contrato por outro instrumento hábil, nos seguintes casos: I - dispensa de licitação em razão de valor; e II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

12.2. Caso a contratação seja formalizada mediante a emissão da Nota de Empenho, nos termos do item acima descrito, todavia, a entrega seja parcelada, o documento terá a mesma validade disposta no artigo 95 da Lei nº 14.133/21.

12.4. Em caso de manifestação de desistência do fornecedor, fica caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida (infração administrativa), consoante o estabelecido no art. 155 da Lei nº 14.133/21, sujeitando-o às penalidades (sanções) legalmente estabelecidas, previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/21.

## **13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

13.1. Exercer a fiscalização da contratação por intermédio de empregado(s) designado(s).

13.2. Receber, conferir e avaliar o serviço no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, na forma prevista no Art. 140 da Lei nº 14.133/21.

13.3. Recusar o serviço que não estiver de acordo com as especificações constantes deste Termo de Referência.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

13.4. Solicitar interrupção do serviço que estejam em desacordo com as especificações e demais exigências previstas no Termo de Referência.

13.5. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

13.6. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, a aplicação de sanções e sua alteração, quando se fizerem necessárias.

13.7. Proceder aos pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições e preços pactuados.

13.8. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do serviço licitado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

14.1. Manter-se, durante todo o processo licitatório, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, de acordo com o artigo 62 da Lei nº 14.133/21 e item 7 do Termo de Referência.

14.2. Fornecer serviço ofertado, atendendo, rigorosamente, suas especificações, prazos e atividades previstas no Termo de Referência.

14.3. Efetuar a troca dos serviços que não atenderem às especificações do objeto ou que forem rejeitados, sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo estipulado neste Termo de Referência.

14.4. Assumir todas as responsabilidades resultantes da observância da Legislação e do fornecimento dos serviços deste Termo de Referência.

14.5. Responder por todos os tributos federais, estaduais e municipais que, eventualmente, incidirem sobre a avença, bem como acidentes de trabalho que, porventura, ocorrerem e todos os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários.

14.6. Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os custos, despesas e encargos resultantes do fornecimento do serviço deste Termo de Referência, no que couber.

14.7. Atender prontamente quaisquer exigências da CONTRATADA, inerentes ao serviço de fornecimento da contratação.

14.8. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado ao patrimônio do CONTRATANTE em razão de negligência, imperícia e imprudência de seus funcionários durante a realização do serviço.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

**15. PAGAMENTO**

15.1. A CONTRATANTE efetuará o pagamento em até 10 dias úteis após o ateste da Nota Fiscal e/ou RPA, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho, contrato ou outro instrumento hábil, conforme o caso, por meio de Ordem Bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, desde que o serviço tenha sido prestado integralmente, aprovado e atestado pela fiscalização da CONTRATANTE.

15.2. A CONTRATANTE seguirá a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos: I - fornecimento de bens; II - locações; III - prestação de serviços; e IV - realização de obras.

15.3. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o artigo 75, II, da Lei nº 14.133/21 serão efetuados no âmbito do Core-ES, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da nota fiscal ou RPA com o ateste do recebimento definitivo.

15.4. O Core-ES reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato do atesto, o serviço não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

15.5. A Nota Fiscal ou RPA deverá ser emitida em nome da CONTRATANTE.

15.6. Na Nota Fiscal ou RPA emitida para a CONTRATANTE deverão constar os dados bancários para crédito/emissão da ordem bancária, contendo: código e nome do banco, número da agência (sem o dígito) e número da conta corrente (com o dígito).

**15.7. Na Nota Fiscal ou RPA deverá obrigatoriamente constar no campo "OBSERVAÇÕES", (1) o número da nota de empenho, e (2) o número do processo.**

15.8. Na efetivação do pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a IN nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e suas alterações.

15.9. No caso da CONTRATADA ser optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições.

15.10. Caso não seja apresentada a Declaração de optante pelo Simples Nacional, a CONTRATANTE efetuará os recolhimentos, na forma da legislação, como não sendo optante pelo regime especial de tributação.

15.11. Caso haja incorreção no faturamento, os documentos de cobrança serão devolvidos para regularização e pagos em até 72 horas, a contar da sua nova aceitação, não cabendo atualização financeira sob hipótese alguma.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

15.12. É vedado à CONTRATADA, sob pena de rescisão do ajuste, negociar ou caucionar a Nota de Empenho recebida para fins de operação financeira, ainda que relacionada com o objeto da avença.

15.13. Constatada qualquer irregularidade nas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, os pagamentos serão sobrestados e a CONTRATADA será intimada a providenciar sua regularização.

15.14. Caso a situação não seja regularizada, a CONTRATANTE efetuará os pagamentos devidos, uma vez iniciado o procedimento de rescisão unilateral da avença, em face da configuração de inexecução do ajuste, com fundamento no art.147 ao 150, combinado com o art. 155 ao 163 da Lei 14.133/21.

**16. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. O fornecedor ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, na forma do art. 155 da Lei nº 14.133/21:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções, na forma do art. 156 da Lei nº 14.133/21:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. Para aplicação das sanções, será observado o disposto no § 2º do art. 156 ao art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **17. RESCISÃO**

17.1. A inexecução total ou parcial do ajuste enseja a sua rescisão, sem prejuízo das penalidades previstas neste Termo de Referência.

17.2. O ajuste será rescindido pelo CONTRATANTE, se verificada a ocorrência de quaisquer das hipóteses elencadas no artigo 137 da Lei nº 14.133/21.

17.3. A rescisão será formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.4. O ajuste será rescindido caso o CONTRATANTE verifique que a qualidade dos serviços, conforme o caso, entregues pela CONTRATADA estejam fora das especificações necessárias.

## **18. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

18.1. Não se aplica.

## **20. DA REVISÃO**



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

20.1. Não se aplica.

**21. DO FORO**

21.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Espírito Santo, para dirimir questões oriundas desta contratação.

**22. CONTATOS**

23.1. Setor Jurídico

E-mail: [juridico@core-es.org.br](mailto:juridico@core-es.org.br)

Tel.: (27) 3223-3502

Vitória/ES, 02 de julho de 2024.

A blue ink handwritten signature, appearing to read 'CW', is positioned above the name of the signatory.

**Carolaine da Silva Mattos**

*Assessora de Compras e Licitações do Core-ES*